

# Presidente recebe ajuste fiscal hoje

Medidas visam um superávit primário de até 3% do PIB e redução de juros

**Plano prevê contenção de gastos públicos e a ampliação da base de arrecadação**

O presidente Fernando Henrique Cardoso receberá hoje o pacote de ajuste fiscal que a equipe econômica elaborou nas últimas semanas, mas deverá anunciar apenas as decisões macroeconômicas. Os detalhes do programa plurianual que servirá para dar credibilidade ao mercado externo sobre a economia brasileira deverão ser anunciados somente na próxima semana, após o segundo turno das eleições e quando a equipe brasileira que está negociando o acordo com o FMI já estiver no País.

Ontem, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentou os estudos ao Presidente, para que fossem feitos alguns ajustes nas medidas que darão sustentação à meta de um superávit primário entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB), algo em torno de R\$ 25 bilhões. "O modelo do programa será entregue ao presidente amanhã (hoje)", garantiu uma fonte do governo. As medidas foram discutidas com o presidente em "várias oportunidades" e passaram por várias etapas de depuração.

As medidas a serem anunciadas hoje trarão implícita uma trajetória de queda dos juros. A redução gradual das taxas faz parte das projeções do cenário da economia brasileira em 1999, que serviu de base para a defini-



**MALAN: reuniões prévias com Presidente definiram ajuste**

ção dos valores das metas de superávit primário sobre as receitas em relação às despesas, exceto os juros da dívida.

## Despesas

"Mesmo com as incertezas externas que ainda nos ameaçam, esperamos recompor a credibilidade perante o mercado e, com isso, relaxar a taxa de juros", disse um integrante do reduzido grupo de formuladores do programa de ajuste fiscal. "Para isso, estamos fazendo um programa de ajuste fiscal consistente para os próximos três anos, com mudanças na estrutura das principais despesas públicas." Como o governo não divulga suas expectativas de juro e câmbio, serão reveladas somente as projeções para a inflação e para o PIB em 1999.

O ajuste fiscal é a economia que todo o setor público brasileiro, incluindo União, Estados, municípios e estatais terá de gerar em 1999. Ficará dentro do intervalo de 2,5% a 3% PIB, o equivalente a R\$ 22,5 bilhões e R\$ 27 bilhões, considerando-se um PIB de R\$ 900 bilhões. Esse ajuste, medido no conceito de contas primárias (que excluem

os gastos com juros da dívida), significará um brutal esforço das três esferas de governo, uma vez que o setor público deverá fechar este ano com equilíbrio ou no máximo um pequeno superávit primário.

## Desempenho

No conceito nominal de calcular o desempenho das contas públicas que abrange a conta de juros da dívida o rombo deverá ficar nos níveis atuais, de 7% do PIB (cerca de R\$ 63 bilhões). Essa meta é o principal compromisso que o governo brasileiro está assumindo perante o FMI para ter acesso a uma linha de crédito destinada a fechar as contas externas do País, caso os investimentos estrangeiros sejam insuficientes.

Para cumprir essa condição negociada, será anunciado nos próximos dias um conjunto de medidas de cortes nos gastos de custeio e investimento do governo federal, e aumento de receitas, inclusive de tributos, como a CPMF. O governo também pretende cobrar uma contribuição dos servidores inativos e majorar aquela paga atualmente pelo funcionalismo da ativa.